nos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não, e ainda a aprovação de eventuais acréscimos de custo derivados de deslocações previamente aprovadas;

c) Autorizar a inscrição e participação do pessoal em congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional quando não importem custos para o serviço, bem como a inscrição e participação em estágios;

d) Justificar ou injustificar faltas;

e) Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual;

f) Autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença;

g) Autorizar o pessoal a comparecer em juízo quando requisitado nos termos da lei de processo.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2006.

30 de Junho de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Alcides Rodrigues Pereira*.

Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.

Deliberação (extracto) n.º 988/2006

Por deliberação de 30 de Junho de 2006 do conselho de administração do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P., o licenciado António Infante da Câmara Trigueiros de Aragão foi nomeado adjunto da agente oficial da propriedade industrial licenciada Elsa Amaral Canhão, nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 15/95, de 24 de Janeiro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Julho de 2006. — O Director de Organização e Gestão, *Elpidio Codinha dos Santos*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Despacho normativo n.º 2/2006

Através do Despacho n.º 23/97, de 10 de Abril, foi criado o Sistema Unificado de Controlo (SUC), estrutura autonomizada e descentralizada dirigida pelo Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA) à qual se encontram afectos meios humanos e materiais das Direcções Regionais de Agricultura (DRA).

A gestão do SUC é assegurada por uma comissão permanente, na dependência do conselho de administração único do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP) e do INGA, criado pelo Decreto-Lei n.º 250/2002, de 21 de Novembro.

O Despacho Normativo n.º 28/2003, de 16 de Junho, considerando a existência de uma estrutura regionalizada do IFADAP, definiu a primeira fase da integração da estrutura SUC, que se previa culminar com a fusão do IFADAP e do INGA e desta estrutura num único organismo.

A experiência resultante do funcionamento do SUC permite a revisão do sistema, com a criação de um novo modelo para o sistema de controlo no quadro das competências do IFADAP e do INGA.

Nestes termos, determino:

1 — O Serviço Unificado de Controlo (SUC) assegurará todos os controlos físicos necessários à aplicação do sistema de ajudas comunitárias no sector agrícola, sendo a sua gestão assegurada pelo conselho de administração do IFADAP/INGA.

2 — Os recursos humanos a afectar ao SUC constarão de listas nominativas fixadas por despacho do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Os controladores assim credenciados ficarão, para efeitos deste modelo de controlo, funcionalmente afectos ao conselho de administração do IFADAP/INGA.

3 — Os recursos materiais a afectar ao modelo de controlo serão disponibilizados pelo INGA a nível adequado às necessidades, por decisão do conselho de administração do IFADAP/INGA.

4 — O INGA assegurará a necessária cobertura orçamental das despesas directas e custos variáveis resultantes da actividade de controlo, designadamente a utilização de meios logísticos e compensação de encargos com as visitas às explorações objecto de controlo.

5 — Devem cessar as aquisições e destacamentos, efectuados ao abrigo do Despacho Normativo n.º 28/2003, de 16 de Junho, continuando os respectivos colaboradores a assegurar as funções de controlo, integrados nas correspondentes Direcções Regionais de Agricultura e de acordo com as regras fixadas no n.º 1, até à publicação da lista a que se refere o n.º 2, ambos do presente despacho normativo.

6 — São revogados os Despachos Normativos n.º 28/2003, de 16 de Junho, 33/2003, de 16 de Julho, e 14/2004, de 13 de Fevereiro.

7 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da assinatura.

29 de Junho de 2006. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 15 022/2006

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, o mestre Tiago Martins de Oliveira das funções de adjunto que vem exercendo, ao abrigo do despacho n.º 9367/2005, de 27 de Abril.

2 — A presente exoneração produz efeitos a partir do dia 30 de Junho de 2006.

21 de Junho de 2006. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Louvor n.º 560/2006

No momento em que cessa, a seu pedido, funções de adjunto do meu Gabinete, quero expressar ao mestre Tiago Oliveira, por esta pública forma, a minha imensa gratidão pela inextinguível dedicação e profissionalismo com que assegurou as suas funções.

A sua competência, inteligência, vontade de intervir, a sua capacidade de empenho e dedicação aos projectos em que aplicou o seu saber são de relevar, bem como o elevado esforço técnico com que nas áreas de estratégia, planeamento, prevenção e defesa da floresta emprestou apoio à definição de políticas.

Imprimiu, com a sua frontalidade, entusiasmo, espírito interventivo e crítico, uma dinâmica ao tema florestal, na procura de soluções para os muitos problemas que atingem os espaços florestais nacionais.

Daí o meu muito apreço, que é justo manifestar-lhe publicamente.

21 de Junho de 2006. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas

Despacho n.º 15 023/2006

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, e a pedido da Direcção-Geral de Veterinária, dou por findo o destacamento de Irene Reigada Teixeira Rodrigues, assistente administrativa especialista, do quadro de pessoal da mesma Direcção-Geral, das funções que vinha desempenhando no meu Gabinete.

O presente despacho produz efeitos a partir de 3 de Julho de 2006.

30 de Junho de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas, *Luís Medeiros Vieira*.

Direcção-Geral de Protecção das Culturas

Rectificação n.º 1116/2006

Tendo sido detectadas incorrecções no despacho (extracto) n.º 13 326/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 121, de 26 de Junho de 2006, rectifica-se que onde se lê «promovidos de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março,» deve ler-se «promovidos, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, com efeitos reportados a 1 de Junho de 2006».

29 de Junho de 2006. — O Director de Serviços de Gestão, Administração e Apoio Técnico, *Jaime Vidal Abreu*.

Direcção-Geral dos Recursos Florestais

Despacho n.º 15 024/2006

1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no uso dos poderes que me foram conferidos pela Portaria n.º 574/2004, de 28 de Maio, e pelo despacho n.º 3732/2006 (2.ª série),

de 24 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 34, de 16 de Fevereiro de 2006, designadamente ao abrigo do n.º 5 deste último, subdelego nos chefes de núcleo da Área Metropolitana de Lisboa, engenheiro silvicultor João de Sousa Teixeira, do Ribatejo, engenheiro silvicultor António Jorge Gonçalves, do Alto Alentejo, Dr. Rui Correia, do Alentejo Central, engenheiro silvicultor Guilherme Santos, do Alentejo Litoral, engenheiro silvicultor Francisco Keil do Amaral, do Baixo Alentejo, engenheira silvicultora Maria Manuela Henriques, e do Algarve, engenheiro silvicultor José Manuel Duarte Rosendo as competências para a prática dos actos infra na área de actuação dos correspondentes serviços de Circunscrição Florestal do Sul:

a) Exercer o direito de queixa relativamente a crimes cometidos contra bens do património do Estado sob gestão da Direcção-Geral dos Recursos Florestais, bem como os ocorridos em matas comunitárias sob administração pública e, bem assim, requerer a constituição da Direcção-Geral como assistente nas correspondentes acções penais, praticando os demais actos e assinar tudo o que, nesse âmbito e dentro dos limites das atribuições e competências da Direcção-Geral dos Recursos Florestais, seja necessário para a reposição dos interesses patrimoniais ofendidos;

b) Certificar a localização de prédios rústicos em áreas florestais, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 136/2005, de 17 de Agosto.

2 — No contexto descrito no n.º 1, delego ou subdelego, consoante os casos, no chefe do Núcleo Florestal do Algarve, engenheiro silvicultor José Manuel Duarte Rosendo, todas as competências enunciadas no meu despacho n.º 5866/2006 (2.ª série), de 16 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 51, de 13 de Março de 2006, nos mesmos termos aí estatuidos, ratificando todos os actos por ele praticados no âmbito dos poderes agora conferidos desde o dia 28 de Março de 2006 até à data da publicação do presente despacho.

3 — O presente despacho produz efeitos na data da sua publicação.

23 de Junho de 2006. — O Director da Circunscrição Florestal do Sul, *Fernando António Coucelo*.

Despacho n.º 15 025/2006

Por despachos de 18 de Maio e de 12 de Junho de 2006, respectivamente da subdirectora-geral dos Recursos Florestais e do presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, é autorizada a prorrogação da requisição pelo período de um ano, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2006 do técnico principal da carreira de engenheiro técnico agrário Aníbal António Vidigal Vinhas. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Junho de 2006. — O Chefe de Divisão, *Manuel Rosa*.

Despacho n.º 15 026/2006

Por despachos de 1 e de 12 de Junho de 2006, respectivamente da subdirectora-geral dos Recursos Florestais e da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, foi autorizada a requisição do assessor Mário Fernando Ramos do Carmo Pereira Bastos, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Junho de 2006. — O Chefe de Divisão, *Manuel Rosa*.

Despacho n.º 15 027/2006

Por despachos de 17 de Março de 2005 e de 17 de Março de 2006, respectivamente da subdirectora-geral dos Recursos Florestais e do presidente do Instituto Politécnico de Beja, foi autorizada a requisição com efeitos a 1 de Agosto de 2006 do técnico superior de 2.ª classe Paulo Adriano Sim Sim Dias, ficando afecto ao Núcleo Florestal do Algarve, Circunscrição Florestal do Sul. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Junho de 2006. — O Chefe de Divisão, *Manuel Rosa*.

Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes

Rectificação n.º 1117/2006

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 121, de 26 de Junho de 2006, a p. 9187, o despacho n.º 13 335/2006, relativo à publicação para promoção automática da técnica superior de 1.ª classe Adília Josefina Ribeiro Domingues para a categoria de técnico superior principal, rectifica-se que onde se lê «técnica superior principal da carreira de técnico superior» deve ler-se «técnica superior principal da carreira de jurista».

30 de Junho de 2006. — O Director Regional, *Carlos Guerra*.

Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica

Despacho (extracto) n.º 15 028/2006

Por despacho de 21 de Junho de 2006 do presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, Luís Filipe da Costa Tôres Capaz Coelho, funcionário do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral do Desenvolvimento Rural, foi nomeado, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, assessor principal da carreira de técnico superior do mesmo quadro de pessoal, com efeitos a 15 de Março de 2006, data a partir da qual se considera exonerado da categoria anterior. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Junho de 2006. — Pelo Presidente, o Vice-Presidente, *José Estêvão*.

Instituto da Vinha e do Vinho

Aviso n.º 8012/2006

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 119/97, de 15 de Maio, torna-se público que no ano de 2006 os valores da taxa de certificação a cobrar pela Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes são os constantes do quadro seguinte:

(Em euros)		
	No acto de entrega da declar. produção (1.ª fracção)	No acto de certificação (2.ª fracção)
Vinho verde DOC	0,008 3/litro	0,024 8/litro
VQPRD	0,008 3/litro	0,038 4/litro
VEQPRD	0,008 3/litro	0,038 4/litro
Vinagre de VQPRD	0,008 3/litro	0,038 4/litro
Aguardante de vinho e bagaceira.	0,008 3/litro	0,053 4/litro
Vinho regional do Minho	0,008 3/litro	0,248 8/litro

23 de Junho de 2006. — O Presidente, *Afonso Correia*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 15 029/2006

Por despacho de 12 de Junho da presidente do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes e por meu despacho de 21 do corrente, Maria Morais Querido Crespo, auxiliar administrativa do quadro do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, foi transferida para o quadro de pessoal desta Secretaria-Geral, com efeitos a 1 de Julho próximo.

A citada funcionária fica posicionada no escalão 3, índice 146. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Junho de 2006. — O Secretário-Geral, *Santos Cardoso*.

Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário, I. P.

Aviso n.º 8013/2006

Processo de contra-ordenação

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 211/2004, de 20 de Agosto, avisa-se que, no âmbito do processo de contra-ordenação n.º 112/04-MI, por decisão tomada em 7 de Abril e tornada definitiva em 24 de Maio de 2006, ao abrigo das competências atribuídas pelos n.ºs 1 e 2 do artigo 46.º do diploma legal citado, foi aplicada uma admoestação a ARQUITÁMEGA — Sociedade de Mediação Imobiliária, L.ª, número de identificação de pessoa